

# Thomaz Pompeu de Souza Brasil: o homem de empresas

CARLOS NEGREIROS VIANA\*

## 1 Introdução

Muito se tem escrito sobre Thomaz Pompeu de Souza Brasil e sua polimórfica personalidade.

Ele próprio deixou um esclarecedor conjunto de apontamentos sobre sua educação e carreira política, que foi publicado, após sua morte, na *Revista do Instituto do Ceará* de 1929 (Tomo Especial), com o título de “Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Notas Sobre Sua Vida)”.

No entanto, com as raras exceções dos trabalhos de Francisco Alves de Andrade e de Elisabeth Fiúza Aragão, intitulados, respectivamente, de “Thomaz Pompeu e o seu Tempo-Síntese” (separata da *Revista do Instituto do Ceará* – n. 52 – 1952) e *A Trajetória da Indústria Têxtil no Ceará: o setor de Fiação e Tecelagem 1880 - 1950* (Edições UFC/Stylus Comunicação, 1989), quase nada se tem escrito sobre aspectos da sua atuação como homem de empresas, bem como sobre as firmas que ele fundou e dirigiu ou apenas dirigiu.

A existência dessas lacunas nos motivou a trazer uma modesta contribuição para os seus preenchimentos, que se materializou no presente trabalho.

Para a consecução de seus objetivos, ele se apresenta dividido em duas grandes seções: na primeira, tratamos, de forma sintética, de aspectos da vida empresarial do Dr. Thomaz Pompeu e, na segunda, buscamos reconstituir, com o maior detalhamento

---

\* Professor Assistente (mestre) da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

possível, as histórias das empresas das quais foi ele fundador e dirigente ou somente dirigente.

Se algum pequeno mérito puder vir a ter este trabalho, certamente, estará ele assentado sobre o esforço de tentarmos compilar, numa única obra, todas as informações de que pudemos dispor sobre a atuação de Thomaz Pompeu de Souza Brasil como empresário, bem como sobre a Fábrica da Pompeu & Irmãos, a Companhia Ferro-Carril do Outeiro, o Banco do Ceará, a Fábrica Progresso e a Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu.

## **2 O empresário Thomaz Pompeu de Souza Brasil**

Thomaz Pompeu de Souza Brasil, nascido a 30/06/1852, em Fortaleza, era filho de Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818 - 1877), intelectual e influente líder do Partido Liberal, não somente no Ceará mas em todo o Nordeste, no período que se estende de 1846 a 1877 (ANDRADE, 1952)<sup>1</sup>.

Em 1881, ele dá início às suas atividades empresariais, quando, em sociedade com o médico Antônio Pompeu de Souza Brasil (1851-1886), seu irmão, e o bacharel Antônio Pinto Nogueira Accioly (1840-1921), seu cunhado, constitui a firma Pompeu & Irmãos, com o objetivo de construir e explorar uma fábrica de tecidos de algodão, na Rua Santa Isabel (atual Rua Princesa Isabel), em Fortaleza (VIANA, 1988)<sup>2</sup>.

Após a superação das dificuldades relacionadas à construção das suas instalações, que teve início em novembro de 1881 e ficou concluída em 1882, ao assentamento dos maquinismos, que consumiu parte de 1882 e de 1883, e à formação de mão-de-obra, puderam seus proprietários vê-la, enfim, produzir, de forma provisória, em fins de 1883, e, regularmente, a partir de 1884 (STUDART, 1924).

No entanto, há fortes evidências de que o envolvimento do Dr. Thomaz Pompeu com esse empreendimento não tenha se dado de forma tão intensa. Em primeiro lugar, porque, no período de 1881 a 1886, ele estava a desempenhar mandatos de Deputado geral, o que lhe forçava a longas permanências no Rio de Janeiro (*Revista do Instituto do Ceará*, 1929). Em segundo lugar, porque

Antônio Pompeu, seu irmão e sócio, foi quem se preparou para assumir a direção dessa fábrica, tendo, para isso, ido à Inglaterra, em 1881, não somente tratar da aquisição de sua maquinaria mas também “estudar questões de organização de uma empresa têxtil” (ANDRADE, 1952)<sup>3</sup>. E, por último, porque quando, desiludido com as atividades políticas, resolve se dedicar, de maneira mais próxima aos negócios dessa tecelagem, falece Antônio Pompeu, em 1886, o que o leva a tomar a decisão de se afastar, definitivamente, da Pompeu & Irmãos (VIANA, 1988)<sup>4</sup>.

Somente em 1896, voltará o Dr. Thomaz Pompeu a atuar como homem de empresas, quando, na qualidade de sócio da Companhia Ferro-Carril do Outeiro, constituída em 24 de abril daquele ano, passa a ocupar o cargo de secretário (Almanaque do Ceará de 1897)<sup>5</sup>.

Em 1898, Thomaz Pompeu se torna o presidente do Banco do Ceará, cargo que ocupará até 1916, ano de extinção desse estabelecimento bancário, que foi constituído, em 28/02/1893, no febril contexto de incorporações de sociedades anônimas que caracterizou a economia brasileira na década de 1890 (VIANA, 1988)<sup>6</sup>.

Ainda em 1898, Pompeu assume a presidência da primeira diretoria da Associação Comercial do Ceará, após sua restauração em 17/10/1897 (NOBRE, 1991). Como, nesse momento, ele não mantém vínculos com empresas que desenvolvam atividades comerciais ou industriais, é possível que sua escolha, para ocupar esse cargo, tenha se baseado no reconhecimento da sua capacidade intelectual e no prestígio político de que desfrutava.

No ano de 1899, ocorrem dois marcantes acontecimentos na vida de homem de empresas do Dr. Thomaz Pompeu: ele se torna presidente da Cia. Ferro-Carril do Outeiro, cargo que exercerá até a extinção desta em 1912 (GIRÃO, 1982), e inaugura a Fábrica Progresso, a segunda grande fábrica de redes de dormir a ser instalada no Ceará (Almanaque do Ceará de 1900), o que vem a representar, no último caso, o seu retorno, após 13 anos de afastamento, ao ramo têxtil.

Em dezembro de 1904, Thomaz Pompeu de Souza Brasil inaugura a sua segunda fábrica de redes de dormir, que ficou co-

nhecida como a “Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu” (Almanaque do Ceará, 1905)<sup>7</sup>.

A instalação dessa fábrica teve a mesma motivação que levava, cinco anos antes, Pompeu a fundar a Fábrica Progresso, qual seja, a ampliação da demanda de redes de dormir, pelas populações da Amazônia, onde se começava a viver o auge do surto da borracha (VIANA, 1988).

Um ou dois anos após a inauguração da Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu, que se situava na Rua do Imperador, transfere ele todas as máquinas e equipamentos da Fábrica Progresso, localizada na Rua Tristão Gonçalves, para o prédio no qual funcionava o primeiro desses estabelecimentos industriais<sup>8</sup>. Ali, a partir de 1913, volta Pompeu a produzir tecidos de algodão, certamente motivado pelo encerramento de atividades da tecelagem pertencente a Nogueira Accioly, em decorrência de um incêndio ocorrido em 09/12/1912, no contexto dos incidentes relacionados à sua deposição da Presidência do Estado (Almanaque do Ceará de 1906; ANDRADE, 1952; VIANA, 1988).

Em 1919, Thomaz Pompeu de Souza Brasil se torna o presidente do Centro Industrial Cearense, que ajudara a organizar, juntamente com outros industriais (STUDART, 1924).

Ao falecer, em 06/04/1929, ele desenvolvia suas atividades empresariais, exclusivamente como produtor de tecidos, na fábrica Progresso, já que deixara de produzir redes de dormir, por volta de 1927, com o fechamento da fábrica do Dr. Thomaz Pompeu<sup>9</sup>.

### **3 As empresas fundadas e/ou dirigidas por Thomaz Pompeu**

#### **3.1 A fábrica da Pompeu & Irmãos**

Em 1881, o Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil constituiu, juntamente com Antônio Pompeu de Souza Brasil e Antônio Nogueira Accioly, a firma Pompeu & Irmãos, com o objetivo de construir uma fábrica de tecidos na Rua Santa Isabel<sup>10</sup>.

Segundo Studart (1924), em 1882, ficaram concluídas as obras do edifício dessa fábrica de tecidos, cuja primeira pedra fora

assentada em novembro de 1881. Essa construção, que tinha 252 palmos de comprimento por 115 de largura e 17 portas de frente, custou 25 contos de réis, com a inclusão de obras de assentamento da caldeira, e era composta de oito compartimentos: depósito de algodão, depósito de combustível, casa da caldeira, casa do motor a vapor, casa do batedor, escritório, armazém de depósitos de fazendas e corpo central das máquinas de fiação e tecelagem.

O capital social primitivo dessa firma, que era de 120 contos de réis, logo foi expandido para 150 contos, por se mostrar insuficiente para a consecução de seus objetivos. Com a persistência dessa situação, a Pompeu & Irmãos ainda seria levada a aumentar, várias vezes, o seu capital (BRASIL, 1892).

Em 1886, contabilizando “maquinismos, prédios, instrumentos e seus pertences, fazendas, matérias-primas, combustíveis, títulos de dívida e mais”, segundo balanço procedido em 26 de fevereiro, o capital social alcançava 180 contos de réis, representados pelas ações emitidas em janeiro de 1882, acrescidas com os lucros não distribuídos, desde então, e com os melhoramentos introduzidos na fábrica. Desse capital, cabia a cada sócio a seguinte quota: Thomaz Pompeu de Souza Brasil, 85:400\$000; Antônio Pompeu de Souza Brasil, 82:400\$000; e Antônio Pinto Nogueira Accioly, 12:200\$000 (JUPEC – Contrato Social de 22/01/1886).

Em 1887, o capital social foi elevado para 250 contos de réis; em 1888, para 280; e atingiu 380 contos em 1892 (BRASIL, 1892).

No final de 1883, começaram a funcionar os seus maquinismos, porém a produção regular apenas começou em 1884, quando produziu 200.000 jardas (182.800m), encontrando, desde logo, a maior aceitação (Ibidem). Segundo Studart (1924), o custo de produção das diferentes peças de fazendas fabricadas, nesse último ano, chegou a um total de 146:082\$000.

Com o crescimento diário de sua procura, decidiu-se expandir a oferta, com a duplicação do maquinismo. Assim, em 1885, a sua produção foi de 300.000 jardas (274.200m) de tecidos “de 2ª qualidade, de um só padrão, cujo preço de venda era de 210 réis a jarda” (BRASIL, 1892).

Em 1886, foram produzidas 500.000 jardas (457.000m), vendidas, ainda, por 210 réis cada; em 1887, 580.000 jardas

(530.120m); em 1888, 600.000 jardas (548.400m), com produção diária de 2.000m; em 1889, 900.000 jardas (822.600m); em 1890, 1.000.000 jardas (914.000); em 1891, 1.100.000 jardas (1.005.400m); e, em 1892, 1.200.000 jardas (1.096.800m) (Ibidem).

É oportuno ressaltar que a fábrica era também de fiação, porém não conseguimos obter os dados referentes à produção de fios para o período de 1884-1892.

Quando da instalação da fábrica, os empresários tiveram de lutar com dificuldades de toda ordem, dentre as quais, não foram menores, o transporte, do porto para suas instalações, dos pesados maquinismos, os seus assentamentos, que foram executados pelo técnico inglês John Abott, e a formação de operários. Esse último fato foi a razão do grande retardamento no seu regular funcionamento, segundo Brasil (1892).

Por mais de uma vez, tiveram seus proprietários que recorrer à Inglaterra na busca de mestres (Ibidem).

Vencidas essas dificuldades iniciais, já em 1886, a Pompeu & Irmãos empregava 102 operários, todos cearenses, assim distribuídos: 48 mulheres, 30 homens e 24 meninos. É oportuno ressaltar que, no ano anterior (1885), já se tem notícia de apenas um operário estrangeiro, um foguista (fala do presidente Joaquim da Costa Barradas de 1885 e do presidente Enéas de Araújo Torreão de 1887).

O número de operários continuaria a crescer, passando de 165 pessoas, em 1888, para 215, em 1892 (Almanaque do Ceará de 1888; BRASIL, 1892).

Os ordenados e salários variavam, em 1885, de 5\$500 a 200 réis diários, e, em 1892, de 6\$500 a 400 réis diários (fala do presidente Joaquim da Costa Barradas de 1886; Brasil, 1892).

Somente em 1885, os lucros começaram a remunerar o capital empregado. Em 1886, a receita bruta atingiu a 95:000\$000, despendendo-se 27 contos de réis em salários (fala do presidente Enéas de Araújo Torreão de 1887).

Por uma cláusula do contrato social, renovado em 1886, os sócios retirariam, mensalmente, por conta dos lucros realizados, a importância de 600\$000, equivalente a 7:200\$000 anuais ou 4%

nesse primeiro ano (1886) e 5% nos anos seguintes, na proporção do capital de cada um, na data de assinatura desse referido contrato (JUPEC – Contrato Social de 22/01/1886).

Constava, ainda, nessa cláusula contratual, que, semestralmente, seriam distribuídos, em proporção à quota de cada sócio, os lucros líquidos da empresa, deduzidos de 10% para formar o fundo de reparação, destinado a consertos, substituição de máquinas e outros melhoramentos (Idem).

O algodão utilizado na fábrica era produzido exclusivamente no Ceará. Tendo sido consumidos, em 1885, 60.000 kg, que equivaleram a, aproximadamente, 2% do algodão exportado pela província, no mesmo ano, que atingiu a 3.159.515 kg (BRASIL, 1892).

Segundo Raimundo Girão, em sua *História Econômica do Ceará*, a Pompeu & Irmãos foi a primeira fábrica de tecidos do Norte do Brasil a ser totalmente equipada com maquinaria inglesa.

Em 1884, sua seção de fiação era composta de: um descaroador Dobson & Barlowes; um batedor, com alimentador John Lord; 12 cardas grandes; uma máquina de amolar cardas; uma máquina Horsfull; dois estiradores; um banco grosso ("slubing frame"), com 74 fusos, com capacidade de fiar 500kg de algodão por dia; três bancos finos ("roving frame"), com 132 fusos cada um; três contínuos, de anel ("ring throstles"), com 300 fusos cada um, patente Rabbeth, aperfeiçoado, por Howard & Bullough, para fio de urdidura; duas mulas automáticas ("self-acting mules"), com 600 fusos cada uma, para fio de trama; e uma máquina de dobrar fio, com 40 fusos Rabbeth (STUDART, 1924).

Já a seção de tecelagem, naquele mesmo ano, possuía: uma dobradeira, para 100 carretéis; uma urdideira, para 504 carretéis; uma engomadeira; 52 teares, para panos grossos, fustões, sacos, etc.; uma máquina de dobrar e medir fazendas; diversas pequenas máquinas acessórias, como as de fabricar cordões, encher canelas, medir e pesar fios; uma caldeira de 36 palmos e força de 60 cavalos; e um motor a vapor (Ibidem).

Em resumo, no ano de 1884, tinha a fábrica da Pompeu & Irmãos: 52 teares, 2.610 fusos e força motriz de 60cv.

Em 1888, sua capacidade produtiva era de 115 teares e 6.000 fusos (Almanaque do Ceará de 1888).

Quatro anos depois, em 1892, possuía os seguintes maquinismos: dois descaroçadores; dois batedores, sendo um duplo; 17 cardas; 208 fusos grossos; 920 fusos finos; 5.000 fusos, para fio de trama e de urdir; três urdideiras; duas engomadeiras; 129 teares; uma dobradeira; 400 fusos de carreteleira; uma máquina de espular; dois motores a vapor; três caldeiras, com força de 110 cavalos nominais (BRASIL, 1892).

No ano de 1892, em síntese, a Pompeu & Irmãos dispunha de 129 teares, 6.258 fusos e força motriz de 110cv.

Cabe ressaltar que esse estudo da fábrica da Pompeu & Irmãos deveria se estender apenas até 1886, ano em que o Dr. Thomaz Pompeu se afasta dela. No entanto, dada a carência de informações relativas a esse estabelecimento industrial, no período 1881-1886, decidimos incluir as que pudemos dispor até 1892, para termos uma visão mais nítida de sua evolução nos onze primeiros anos de sua existência.

Com o afastamento do Dr. Thomaz Pompeu da "Pompeu & Irmãos", logo após a morte do sócio e irmão, Antônio Pompeu, em 1886, Nogueira Accioly, o futuro oligarca, torna-se o único proprietário da primeira fábrica de tecidos a funcionar no Ceará.

Em 1912, em decorrência de um incêndio ocorrido no contexto dos incidentes vinculados à deposição de Accioly da Presidência do Estado, a referida fábrica sai definitivamente de atividade.

### 3.2 A companhia Ferro-Carril do Outeiro

Essa empresa foi constituída, em 24/04/1896, com o capital social de 40 contos de réis e a finalidade de prestar serviço de transporte coletivo, por meio de bondes de tração animal ("bondes de burros"), num trajeto que ia da Praça do Ferreira à Praça Benjamin Constant (atual Praça da Bandeira), medindo 1550m, e daí seguindo, mais 700m, até a Aldeota (Almanaque do Ceará de 1897)<sup>11</sup>.

O assentamento de seus trilhos se iniciou em 13/05/1896 e a inauguração da linha se deu em 12/10/1896 (Ibidem).

Em 1896, a Cia. Ferro-Carril do Outeiro tinha uma diretoria composta por: Dr. João da Rocha Moreira (presidente), Dr. Tho-

maz Pompeu de Souza Brasil (secretário), Arnulpho Pamplona (tesoureiro), Manoel Francisco de Azevedo Jr., Antônio Joaquim Guedes de Miranda e Joaquim Deodato Martins (suplentes). Já o seu conselho fiscal, naquele ano, era formado por Antônio Epaminondas da Frota, Antônio Augusto de Vasconcelos e Guilherme Sturdart (Ibidem)<sup>12</sup>.

Segundo o *Almanaque do Ceará de 1898*, naquele ano, compunham a diretoria dessa empresa de bondes: Francis Henry Harding (presidente), Paulino de Freitas Ramos (secretário) e Guilherme Moreira da Rocha (tesoureiro)<sup>13</sup>. Já seu conselho fiscal, por seu turno, tinha a seguinte formação: Dr. João da Rocha Moreira, Dr. Thomaz Pompeu e Antônio Augusto de Vasconcelos.

No decorrer de 1897, transitaram, nos seus carros, 300 mil passageiros e, em 1898, 275 mil (*Almanaque do Ceará de 1900*), o que permitiu a apresentação de resultados financeiros positivos, pela empresa, nos seus pouco mais de dois anos de atividade.

Em 1899, o Dr. Thomaz Pompeu assume a presidência da Cia. Ferro-Carril do Outeiro (*Almanaque do Ceará de 1899*), cargo que ocupa até 1912, quando essa empresa é extinta<sup>14</sup>.

No ano da posse de Pompeu, como presidente, a Companhia tem um conselho fiscal composto por José Albano Filho, Francisco Rossas e Antônio Gonzaga de Almeida e, como gerente, Antônio Furtado Mendonça (Ibidem).

A Cia. Ferro-Carril do Outeiro apresentou, segundo o *Almanaque do Ceará de 1902*, nos anos do período 1897-1900, os resultados financeiros expostos no quadro abaixo:

| ANO  | RECEITAS | DESPESAS | SALDOS   |
|------|----------|----------|----------|
| 1897 | 26:737\$ | 25:476\$ | 1:261\$  |
| 1898 | 23:897\$ | 22:331\$ | 1:566\$  |
| 1899 | 22:999\$ | 26:576\$ | -3:577\$ |
| 1900 | 23:987\$ | 27:461\$ | -3:474\$ |

\*As frações do mil-réis não constam na fonte pesquisada

Pelos resultados obtidos acima, conclui-se que, nos dois primeiros anos (1899 e 1900), sob a presidência do Dr. Thomaz Pompeu, a referida companhia apresentou saldos deficitários<sup>15</sup>.

De acordo com o relatório de 31/03/1901, publicado no *Almanaque do Ceará de 1902*, a Ferro-Carril do Outeiro apresentou o seguinte balanço contábil:

| ATIVO                            | PASSIVO               |
|----------------------------------|-----------------------|
| Caixa – 486\$510                 | Capital – 40:000\$000 |
| Estação – 546\$710               | Débito – 15:000\$000  |
| Móveis – 1:643\$000              | Emissão – 1:000\$000  |
| Material – rodante – 14:945\$400 |                       |
| Tráfego – 1:500\$000             |                       |
| Animais – 3:919\$000             |                       |
| Construção (linha) – 19:518\$080 |                       |
| Déficit – 7:050\$300             |                       |

A Cia. Ferro-Carril do Outeiro foi transferida, juntamente com a Cia. Ferro-Carril do Ceará, por compra, a The Ceará Tranway Light & Power Co., empresa inglesa, em 06/07/1912<sup>16</sup>.

### 3.3 O Banco do Ceará

Constituído sob a forma de sociedade anônima, que teve seus estatutos aprovados a 28/02/1893, o Banco do Ceará passou a operar, a partir de 07/03/1893, em um prédio localizado na antiga Praça José de Alencar, em Fortaleza (GIRÃO, 2000)<sup>17</sup>.

Pelos seus primeiros estatutos, o seu capital social era de 1.000 contos de réis, dividido em 10.000 ações de 100 mil-réis, podendo ser elevado ao dobro, se o aumento de suas operações o exigissem, conforme decisão da assembléia geral dos acionistas. As ações seriam nominativas até sua integralização e, depois, convertidas em títulos ao portador (Ibidem).

A primeira diretoria, que foi formada por João Joaquim Simões (presidente), Alfredo Salgado (secretário), Joaquim Dias da Rocha, Thomé Augusto da Motta, José Albano Filho e Manoel Gomes Barbosa, permaneceu na sua direção até 1895 (GIRÃO, 2000; *Almanaque do Ceará de 1895*)<sup>18</sup>.

Em 1893, o Banco do Ceará remunerava, com taxas de juros de 3%, ao ano, os depósitos de retirada livre; com taxas de 4%, os de retirada com aviso de 15 dias; e, com taxas de 5%, os depósitos de

30 dias. As taxas dos depósitos a prazo fixo eram, por seu turno, de 4%, para os de um a três meses; 5%, para os de quatro a seis meses; 6%, para os de sete a nove meses; e, 7%, para os de mais de 10 meses (GIRÃO, 2000).

Pelos descontos de letras, de prazo não superior a seis meses, eram pagas taxas de 9% a.a. Os juros de empréstimos garantidos era de 10% a.a. e o depósito mínimo era de 10 mil-réis (Ibidem).

Em 31/12/1895, as letras descontadas apresentaram um saldo, em seu movimento, de 334: 549\$978; os empréstimos garantidos por penhores, por hipotecas, por cauções de letras, de títulos e de cartas de crédito, um saldo de 609:676\$730; os depósitos em conta-corrente, um saldo de 566:187\$339; e os depósitos a prazo, um saldo de 70:801\$400 (Relatório do ano de 1896 apresentado à Assembléia Geral de Acionistas do Banco do Ceará em 01/03/1897).

Sua diretoria, em 1896, passou por duas parciais alterações. Na primeira delas, Thomé Augusto da Motta substituiu João Joaquim Simões na presidência, que, com isso, também deixou de compor a diretoria<sup>19</sup>. Com a saída de Simões e também de Joaquim Dias da Rocha, tornaram-se diretores Bernardo Ferreira da Cruz<sup>20</sup> e Antônio Leal de Miranda (Almanaque do Ceará de 1896). Na segunda, José Albano Filho substituiu Thomé Augusto da Motta na presidência, que, em consequência disso, deixou de fazer parte também da diretoria,<sup>21</sup> e o Dr. Guilherme Studart<sup>22</sup> se tornou um de seus seis diretores<sup>23</sup> (Almanaque do Ceará de 1897 E "Relatório do ano de 1896 ...").

De acordo com a "Relação dos Acionistas" que integra o supracitado "Relatório da Diretoria de 01/03/1897", o Banco do Ceará tinha, em 31/12/1896, um capital de 1.000 contos de réis, estando realizados 500 contos, um fundo de reserva de 75 contos e 219 acionistas, dentre os quais, Thomaz Pompeu, que ali aparece como detentor de 520 das 10.000 ações que compunham o seu capital<sup>24</sup>.

Em 1896, aquela instituição bancária cobrava, por empréstimos e descontos, taxas de 12% a.a. e remunerava com as seguintes taxas de juros, ao ano, por modalidade de depósito: a ordem em conta-corrente, 2%; com aviso prévio, 4%; a prazo de 30 dias, 4%;

de até seis meses, 5%; de sete a 10 meses, 7%; de 11 a 12 meses, 8% (Almanaque do Ceará de 1896; "Relatório do ano de 1896...").

Naquele ano, o valor total das letras descontadas atingiu 922:034\$249 e o das letras pagas, 676:518\$460. Foram realizados empréstimos garantidos no valor total de 820:983\$400 e recebidos, por empréstimos garantidos feitos, 960:004\$605. Os valores recolhidos, sob a forma de depósitos em conta-corrente, alcançaram 1.883:934\$835, e os retirados, dessa modalidade de depósito, 1.906:257\$105. As quantias recolhidas, sob a forma de depósitos a prazo, montaram a 489:738\$510 e as sacadas, dessa espécie de depósito, a 318:871\$450 ("Relatório do ano de 1896...").

Durante 1896, o Banco do Ceará realizou dois balanços contábeis. O primeiro deles, publicado em 30/06, apresentou um ativo e um passivo com valores totais de 3.607:710\$459, bem como valores totais de 61:685\$363, para as contas "Dever" e "Haver", no demonstrativo da conta "Lucros e Perdas". No segundo, tornado público em 31/12, o ativo e o passivo atingiram 3.600:932\$421 e as contas "Dever" e "Haver", no demonstrativo da conta "Lucros e Perdas", 58:259\$500. Com base nesses resultados, foram distribuídos dividendos de 12% a.a. sobre o capital realizado (de 500 contos de réis) (Ibidem).

Em 1898, ao assumir o Dr. Thomaz Pompeu a presidência do Banco do Ceará, a sua diretoria não mais contará com seis membros, mas com apenas três, como passaram a definir seus estatutos, a partir das modificações ocorridas em 1896. Além do presidente, farão parte dela um secretário e um diretor, cargos ocupados, naquele ano, respectivamente, por Alfredo Salgado e Antônio Frederico de Carvalho Motta (Almanaque do Ceará de 1898).

Naquele ano, operava com uma taxa de descontos de 12% a.a. e pagava as seguintes taxas anuais de juros, por modalidade de depósito: a ordem em conta-corrente, 2%; com aviso prévio de 30 dias, 4%; a prazo de seis a 12 meses, 6% (Ibidem).

É noticiado, no Almanaque do Ceará de 1899, que o Banco do Ceará, naquele ano, realiza descontos; empresta dinheiro, sob garantia de firmas, sob caução de letras e títulos, e sob hipotecas; e também saca sobre as seguintes praças: Pará, Manaus, Maranhão, Pernambu-

co, Bahia, Rio de Janeiro, Londres, Paris e outras cidades européias, onde existam agências do *Credit Lyonnais*<sup>25</sup>. Verifica-se, também ali, que o seu capital subscrito continua de 1.000 contos, com 500 contos realizados, e seu fundo de reserva atinge os 100 contos.

Por sua vez, o Almanaque do Ceará de 1900, publicado em 1899, informa que, nesse último ano, sua direção passou a ter a seguinte composição: Dr. Thomaz Pompeu (presidente), Antônio Frederico de Carvalho Motta (secretário), que passou a substituir Alfredo Salgado, que ocupava esse cargo desde a constituição da firma em 1893, Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão (diretor), Dr. Pedro Queiroz<sup>26</sup> e Dr. Eduardo Studart (suplentes). Noticia também esse almanaque que, em 1899, o seu capital subscrito e o realizado permanecem inalterados, respectivamente, em 1.000 e 500 contos, que o seu fundo de reserva se elevou para 150 contos, que o banco continua a operar com as mesmas taxas de desconto e juros vigentes em 1898 e que passou a sacar contra a Praça da Alemanha, através do *Deutsch Bank*.

Segundo Girão (2000), novos estatutos foram votados em 1900, sem promoverem alterações essenciais, no entanto, em relação aos estatutos em vigor desde 28/02/1893.

Em 1901, ocorrem novamente alterações na diretoria, que passa a ser composta por: Dr. Thomaz Pompeu (presidente), João da Fonseca Barbosa (secretário). Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão (diretor), Hortêncio de Alcântara e Dr. Pedro Queiroz (suplentes) (Almanaque do Ceará de 1902)<sup>27</sup>.

Segundo o Almanaque do Ceará de 1903, o Banco do Ceará, no ano de 1902, de um capital subscrito de 1.000 contos, passou a apresentar um capital realizado de 600 contos<sup>28</sup>.

Consta no Almanaque do Ceará de 1904, que, no ano anterior, aquela instituição bancária passava a sacar contra uma nova praça: a de São Paulo, através do *Brazilianisch Bank Fur Deutschland*.

Em 1906, ocorre mais uma alteração na diretoria, que passa a ter como membros: Dr. Thomaz Pompeu (presidente), Antônio Frederico de Carvalho Motta (secretário), Bernardo Ferreira da Cruz (diretor), João da Fonseca Barbosa e Hortêncio de Alcântara (suplentes) (Almanaque do Ceará de 1906).

Continuava, naquele ano, esse estabelecimento bancário a operar com a mesma taxa de descontos e iguais taxas de juros e modalidades de depósito vigentes em 1898 (*Ibidem*).

Um fato, porém, chama a atenção, no Almanaque do Ceará de 1906, no que diz respeito ao número de agentes do Banco do Ceará, naquele ano, na Amazônia (Amazonas e Pará): ele cresce de cinco (dois, no Amazonas e três, no Pará), em 1905, para oito (quatro, no primeiro desses estados e quatro, no segundo), em 1906.<sup>29</sup>

Esse crescimento, certamente, deve ser atribuído à intensificação do intercâmbio comercial Amazônia-Ceará, bem como das remessas de dinheiro dos paroaras para sua terra natal, causadas pelas elevações dos preços da borracha, depois de 1904, como observara Theóphilo (1914, p.42).<sup>30</sup>

Em 1907, apesar da redução do número de agentes, em Manaus, para três (Scholtz, Harlye & Cia.; Freitas Ferreira & Cia.; e Banco Amazonense), a elevação, para seis, no Pará (Banco de Crédito Popular; Banco do Pará; Banco Comercial do Pará; Banco do Norte do Brasil; B. A. Antunes & Cia.; e Scholtz, Harlye & Cia.), continua a confirmar a observação de Theóphilo (Almanaque do Ceará de 1907). Nesse ano, o capital subscrito e o realizado continuam inalterados em, respectivamente, 1.000 e 600 contos de réis (*Ibidem*).

No ano de 1910, a diretoria, que não sofria alterações desde 1907, passa a ser composta por: Thomaz Pompeu (presidente), Antônio Frederico de Carvalho Motta (secretário), Antônio Leal de Miranda (diretor), que substituiu Bernardo Ferreira da Cruz nesse cargo, João da Fonseca Barbosa, Joaquim Magalhães e Antônio Pinto Nogueira Brandão (suplentes), substituindo, os dois últimos Hortêncio de Alcântara e Paulo Augusto de Moraes (Almanaque do Ceará de 1907 e de 1910).

Em 1911, o Banco do Ceará continua a ser dirigido pela supracitada diretoria e tem um conselho fiscal composto por José Gentil Alves de Carvalho, Bernardo Ferreira da Cruz e Virgílio Nunes de Melo<sup>31</sup>. O seu capital subscrito é de 1.000 contos de réis, dos quais 600 contos realizados, o seu fundo de reserva, de 115 contos, e seu fundo de reserva especial, de 23 contos (Catálogo de Propagandas de 1911).

Naquele ano, recebe dinheiro em conta-corrente (com retiradas livres, com aviso de 15 dias e com aviso prévio de 30 dias) e a prazo fixo. Faz empréstimos sob caução de notas promissórias, "warrants", jóias, ouro amoeado e títulos da dívida pública federal, estadual e municipal. Realiza cobranças de saques sobre a praça do Ceará, "revertendo o produto sem mais despesas, além do que a de comissão de cobranças." Saca sobre todas as praças do Brasil, sobre as principais praças européias e a principal praça dos Estados Unidos (Nova York); dá cartas de crédito circulares e paga qualquer quantia de cartas de crédito, emitidas por seus correspondentes ou até por outros bancos, de reconhecida credibilidade (Ibidem).

Pode-se constatar, na supracitada fonte, que imediatamente depois do ápice do surto da borracha, que se deu em 1910, decresceu o número de correspondentes do Banco do Ceará na Amazônia (ficou ele com três agentes, no Pará, e um apenas, em Manaus) e aumentou seu número no restante do Brasil (com a inclusão das praças do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul) e no exterior (com a inclusão de três novas praças na Europa e uma nos Estados Unidos).<sup>32</sup>

Pelo *Almanaque do Ceará de 1914*, a diretoria continua a apresentar, naquele ano, a mesma formação exposta no *Almanaque 1910*, bem como ainda continuam a vigorar as mesmas taxas de desconto e de juros e iguais modalidades de depósito de 1898: a taxa de descontos é de 12% a.a. e as taxas de juros para depósitos a ordem em conta-corrente, com aviso prévio de 30 dias e a prazo de seis a 12 meses, são respectivamente, de 2%, 4% e 6%.

É noticiado, ali também, que, em 1914, o Banco do Ceará tem cinco agentes no Pará (Banco de Crédito Popular; Banco do Pará; Banco Comercial do Pará; A.F. de Souza & Cia.; B. Antunes & Cia.) e um, em Manaus (Banco Amazonense), assim como seus capitais subscrito e realizado continuam, respectivamente, de 1.000 e 500 contos.

Em 1916, segundo o *Almanaque do Ceará* daquele ano, a sua diretoria era composta por Thomaz Pompeu (presidente), Joaquim Magalhães (gerente) e Antônio Leal de Miranda e eram oferecidas as seguintes taxas de juros, ao ano, por modalidade de depósito:

conta-corrente com retirada livre, de 2%; conta-corrente com aviso prévio de 30 dias, de 5%; e a prazo fixo de seis a 12 meses, 6%.

Ali também é informado que os seus agentes, no Pará, são o Banco de Crédito Popular, o Banco do Pará, o Banco Comercial do Pará, Antunes & Cia. e Scholtz, Harlye & Cia. Já, em Manaus, são: o Banco Amazonense e Scholtz & Cia.

De acordo com Girão (2000), a má administração conduziu o Banco do Ceará à falência, que foi requerida, judicialmente, pelo The Nacional City Bank de New-York e decretada a 27/12/1916. Os maiores credores eram o Banco Nacional Ultramarino, com 450:684\$405, a União Federal, com 258:207\$487, e o Banco Comercial de Porto Alegre, com 104:400\$640. O passivo era de 5.037:557\$035.

### 3.4 A Fábrica Progresso

A Fábrica Progresso, que pertencia a Pompeu & Cia., foi fundada em 1899. Nesse ano, situava-se na Rua Tristão Gonçalves, n. 37, e manufaturava redes lisas e de fustão, regulando a sua produção, de 15 a 30 unidades, por dia. Além do contingente de 30 pessoas, dava trabalho externamente, a 180 mulheres. Seu maquinismo compreendia duas urdideiras, uma máquina de reunir o fio das urdideiras, nove teares e cinco máquinas diversas (Almanaque do Ceará de 1901).

Em 1901, sua produção média diária é de 50 redes, podendo ser elevada a 100, no valor oficial de 720\$000. Ocupa, ainda, 30 pessoas no serviço interno, porém, no externo, o número cresce para mais de 280. Dispõe do seguinte maquinário: três máquinas manuais de fazer meadas; duas urdideiras manuais e uma mecânica; uma máquina de transformar as meadas em carretéis; quatro máquinas alemãs de encher o fio urdido; uma máquina movida a vapor, para reunir o fio da urdideira mecânica; 11 teares manuais, para fazer redes de um só pano; um tear mecânico, para fazer redes de 72 polegadas de largura, trançadas a quatro cores; dois teares mecânicos, para redes lisas de 72 polegadas (tanga); uma liceira e outras menores. É movida por um motor a gás Otto, de Crosseley

Brothers, de quatro cavalos nominais de força, que desenvolve 10 efetivos. Possui anexa uma tinturaria (Almanaque do Ceará de 1902).

Em 1903, seu capital é de 50 contos de réis e sua produção média diária é de 75 redes, podendo ser elevada a 100, no valor de 900\$000 a um conto. Produziu, nesse ano, 21.000 unidades (Almanaque do Ceará de 1904).

Em 1904, a Pompeu & Cia. tem o Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, como sócio capitalista, e João Francisco da Costa e Silva, como sócio de indústria, e emprega 36 pessoas no serviço interno e 380 mulheres e meninos externamente, que produziram, no primeiro semestre, 11.000 unidades (Almanaque do Ceará de 1905).

O *Almanaque do Ceará de 1906* informa que a Fábrica Progresso foi transferida para parte do edifício em que funciona a fábrica de fiação do Dr. Thomaz Pompeu, desde dezembro de 1904, no Boulevard do Imperador.

Em decorrência disso, passam a funcionar, no mesmo prédio, as duas fábricas de redes pertencentes ao Dr. Thomaz Pompeu.

Numa propaganda, publicada em 1911, é anunciado que a Fábrica de Fiação Progresso, de Thomaz Pompeu, situada na Rua do Imperador, "é a mais importante do Estado para o fabrico de fio grosso especial para redes" e que sua produção anual é superior a 200 mil kg, o que equivale a mais de 8.000 sacas. Todavia, não se encontra ali nenhuma menção de que a Progresso ainda produza redes naquele ano (Catálogo de Propagandas de 1911).

A saída de atividade, em definitivo, da fábrica de tecidos de propriedade de Nogueira Accioly, em decorrência de um incêndio em 1912, ocorrido no contexto dos incidentes vinculados à sua deposição da Presidência do Estado, certamente estimulou o Dr. Thomaz Pompeu a voltar a atuar como produtor de tecidos.

Segundo Andrade (1952), em 1913, a Progresso começava a receber novos equipamentos e a produzir também tecidos de algodão.

De 1913 a 1924, de acordo ainda com aquele autor, a Progresso produziu somente tecidos crus. Porém, em 1925, com a aquisição de máquinas de tinturaria, passaria ela a fabricar tecidos em cores, que tiveram ampla aceitação no mercado popular.

Em 1928, a Fábrica Progresso possuía 42 teares e produziu 570.508 m de tecidos e 73.000 kg de fios, no que consumiu 197.451 kg de algodão (Mensagem do Presidente José Moreira da Rocha de 1928).

De acordo com Mallmann (1931), em 1929, ano do falecimento do Dr. Thomaz Pompeu, a Progresso, fazendo uso de 120 operários, 41 teares e 1610 fusos, produziu 500.000m de tecidos e 90.000kg de fios, no que consumiu 280.000 kg de algodão.

Esse estabelecimento industrial permanecerá na propriedade de descendentes do Dr. Thomaz Pompeu até julho de 1987, quando é declarada a falência da Thomaz Pompeu Têxtil S/A., firma à qual pertencia. No entanto, somente encerrará ele, definitivamente, suas atividades, em 1998, quando suas instalações e maquinismos estavam alugadas a uma cooperativa de trabalho pelo síndico da massa falida da supracitada firma.

### 3.5 A fábrica do Dr. Thomaz Pompeu

Inaugurada em dezembro de 1904, situava-se no Boulevard do Imperador, no prédio da antiga fábrica de meias, pertencente à Companhia Fabril Cearense de Meias. Tinha um capital de 150 contos de réis e se destinava à fabricação de até 180 kg diários de fios n. 5, para redes, naquele ano (Almanaque do Ceará de 1905).<sup>33</sup>

O prédio, em que foi instalada, compreendia dois salões no pavimento de frente, tendo um, 120 palmos de extensão por 53 de largura, todo assoalhado e forrado, e, outro, com 80 palmos de comprimento por 53 de largura. No pavimento posterior, separado do fronteiro por um corredor de 25 palmos de largura, achavam-se os maquinismos (Ibidem).

Dispunha, em dezembro de 1904, dos seguintes maquinismos: um motor de fabricação alemã, com 30 cv de força; uma caldeira Cornwall; uma bomba de alimentação; um injetor; um condensador e aquecedor; e uma bomba a vapor de duplo efeito. Dos maquinismos de fiação (todos de Howard & Bullough), constavam um batedor simples; três cardas revólveres; um passador,

com 12 entregas; 55 fusos de “stubling”; 140 fusos de “rovings”; 600 fusos de urdição; um amolador de cardas; uma máquina de encapar rolos; e outras menores acessórias. A oficina contava com um torno mecânico alemão; duas máquinas de perfurar ferro; e um ventilador. Anexa à fábrica, achava-se uma marcenaria a vapor, de origem americana, da Casa J.A. Fay & Egan Cia., de Cincinnati (estado de Ohio) (Ibidem).<sup>34</sup>

Em 1906, seu capital é de 200 contos de réis, emprega 50 pessoas, no serviço interno, e sua produção média diária é de 150 a 180 redes, na importância de 90 contos anuais (Almanaque do Ceará de 1906).

Pelo Censo de 1907, seu capital era de 170 contos, produziu 20.000 redes, empregava 45 operários e utilizava 70 cv de força (Centro Industrial do Brasil, 1909).

Em 1919, segundo Pearse (1923), a Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu tem um capital de 400 contos, emprega 60 pessoas, possui 20 teares e 600 fusos, e utiliza 110 hp de força.<sup>35</sup>

É provável que tenha saído de atividade em 1927, já que, a partir desse ano, passa a não constar dos Almanques do Ceará e a ela não são feitas referências em nenhuma outra fonte bibliográfica disponível.<sup>36</sup>

## Notas

- 1) O senador Pompeu também desempenhou atividades empresariais, nas condições de co-proprietário da Tipografia Brasileira, onde era impresso *O Cearense* (NOBRE, 1898), e de sócio-fundador da Cia. Cearense de Via-férrea de Baturité, firma responsável pela construção e exploração da primeira ferrovia a funcionar no Ceará (FERREIRA, 1989).
- 2) O contexto macroeconômico que estimulou a instalação dessa fábrica de tecidos é analisado em Viana (1988). Segundo esse autor, pode-se atribuir à ocorrência de um surto de investimentos em indústria têxtil no Ceará, entre os anos de 1881 a 1895, ao maior dinamismo que passou a viver, no período, a economia cearense, em decorrência do “boom” algodoeiro de 1864 a 1875, da realização de elevados gastos públicos com a seca de 1877-1879 e da intensificação das exportações de escravos para outras províncias, principalmente nos anos dessa seca.
- 3) Ao afirmar que o assentamento de todo o maquinismo foi feito pelo mecânico inglês John Abbott, durante partes dos anos de 1882 e 1883, Brasil (1892) for-

nece fortíssima evidência para que seja negado o exagero cometido, nas versões de Girão (1975, p.60) e de Nobre (1989, p.145), quanto ao papel desempenhado por Antônio Pompeu na montagem dos maquinismos dessa fábrica.

Na sua versão, Girão afirma que: “Deixando a profissão médica e dotado de excelentes conhecimentos de mecânica, construiu e *ele próprio montou a fábrica de tecidos de algodão [...]*” (grifo nosso).

Já Nobre, por seu turno, assevera que: “[...] Embora formado em Medicina, *ele próprio instalou a fábrica, com notório conhecimento da engenharia necessária à montagem do complexo sistema de produção mecânica de fios e tecido*” (grifo nosso).

A supracitada evidência apresentada por Brasil também confirma o que era prática comum, na época, entre os fabricantes ingleses de máquinas têxteis: o fornecimento de técnicos para a montagem delas nas fábricas que as adquiriam no exterior.

- 4) Em notas autobiográficas, publicadas pela *Revista do Instituto do Ceará* de 1929 (Tomo Especial), o Dr. Thomaz Pompeu afirma, na p.20, o que se segue:

“Reeleito e voltando à Câmara, poucos dias depois era esta dissolvida [...].”

“Este golpe acabou por desgostar Thomaz Pompeu da carreira política, endividado por ter gasto em eleições mais de 63 contos, tratou de trabalhar na indústria, fundando com seu irmão Antônio Pompeu e o Dr. Accioly a primeira fábrica de fiação e tecidos no Norte do Brasil” (grifo nosso).

Como Pompeu está se referindo a eleição de 1886 e a dissolução da Câmara dos Deputados ocorrida nesse ano, é estranha a sua afirmação na parte grifada da transcrição acima, já que a fundação da fábrica se dera em 1881.

- 5) Pelo *Almanaque do Ceará de 1898*, constata-se que o Dr. Thomaz Pompeu foi substituído, nesse cargo, por Paulino de Freitas Ramos e que se torna apenas membro do conselho fiscal dessa companhia, naquele ano.
- 6) No Ceará, ao contrário de outras regiões brasileiras, onde a legislação relativa às sociedades anônimas de 1890 também serviu, dentro do quadro geral do Encilhamento, para a incorporação de empresas com fins meramente especulativos, a mesma foi provavelmente encarada, de forma eufórica e simplistamente, como instrumento de superação dos limites impostos pela escassez de capitais e créditos para a realização de empreendimentos de maior vulto. Isso parece ser corroborado pelo número de companhias incorporadas no estado, no período de 1890 a 1896, que entraram em atividade (no mínimo sete), e pelos nomes dos acionistas que elas apresentavam em comum (VIANA, 1988).
- 7) Essa fábrica foi instalada no prédio onde funcionou, de 1894 a 1898, uma fábrica de meias, pertencente à Cia. Fabril Cearense de Meias, situada na Rua do Imperador, esquina com a Rua das Trincheiras (atual R. Liberato Barroso). Bezerra (1992) situa esse prédio, por seu turno, no Boulevard 15 de Novembro (antiga Imperador), esquina com a Rua das Trincheiras.
- 8) No *Almanaque do Ceará de 1906*, é registrada essa transferência da Fábrica Progresso para parte do prédio em que funcionava a Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu. No entanto, não conseguimos descobrir se ela ocorreu em 1905 ou 1906.

Essa transferência, estranhamente, não correspondeu a uma fusão das duas fábricas de redes em uma só, pois podem ser encontradas informações isoladas de cada uma delas, nos *Almanaques do Ceará*, até 1910.

De 1913 até por volta de 1927, elas continuam a coexistir no mesmo prédio, porém a Progresso passa a produzir tecidos, enquanto a do Dr. Pompeu continua a fabricar redes.

- 9) O registro de que a Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu ainda permanece em atividade em 1927 pode ser encontrado no *Almanaque do Ceará* daquele ano.
- 10) Há indicações de que se tentou, a princípio, denominar esse estabelecimento industrial de "Fábrica de Fiação e Tecidos Cearenses" (ANDRADE, 1952), mas a denominação que acabou por se impor foi a de "Fábrica da Pompeu & Irmãos".
- 11) Essa companhia foi a terceira firma a ser constituída, em Fortaleza, com o objetivo de explorar esse tipo de serviço de transporte coletivo. No ano de sua constituição, já estavam em atividade a Ferro-Carril do Ceará, companhia constituída em 03/02/1877, mas que somente passou a operar em 25/04/1880, e a Cia. Ferro-Carril de Porangaba, sociedade anônima incorporada em 18/10/1894 (GIRÃO, 1982; Almanaque do Ceará de 1897).  
Vale lembrar que o Cel. Ernesto Deocleciano de Albuquerque, fundador de uma fábrica de tecidos como Pompeu, também foi proprietário de uma empresa de bondes de burros, a Empresa Carril Sobralense (sic), constituída em 1894 (ROCHA, 2003).
- 12) Antônio Joaquim Guedes de Miranda era, em 1896, presidente da Cia. Cearense de Curtumes e membro do conselho fiscal do Banco do Ceará (Almanaque do Ceará de 1896; Relatório do ano de 1896 apresentado à Assembléia Geral de Acionistas do Banco do Ceará em 01/03/1897). Já Antônio Augusto de Vasconcelos e Guilherme Studart foram fundadores do Instituto do Ceará, em 1887, e da Academia Cearense de Letras, em 1894, sendo Studart também acionista e diretor do Banco do Ceará em 1896.
- 13) Francis Henry Harding foi gerente da caixa filial do Banco de Pernambuco em Fortaleza, de 1893 a 1901, e diretor da Associação Comercial do Ceará, de 1898 a 1901 (Almanaque do Ceará de 1895; NOBRE, 1991).
- 14) Pelos cargos ocupados por Thomaz Pompeu, nessa companhia, antes de se tornar o seu presidente, é possível fazermos a suposição de que ele já era seu acionista desde a data de sua incorporação.
- 15) Apesar de não conseguirmos encontrar fontes que apresentem informações relativas ao desempenho financeiro dessa empresa, de 1901 a 1912, dada a permanência dela em atividade até 1912, é possível fazermos a suposição de que os resultados negativos, apresentados nos exercícios de 1899 e 1900, foram superados posteriormente.
- 16) Informações baseadas nas notas que Girão anexou à Bezerra (1992).
- 17) Apesar de terem sido feitas algumas tentativas de se criar uma instituição

bancária no Ceará, após o fechamento do Banco Provincial em 1839, que ao entrar em atividade em 1835, por iniciativa do Padre Alencar, então Presidente da Província, tornou-se o segundo banco a funcionar no Brasil (o primeiro foi o Banco do Brasil em 1808), somente com a criação do Banco do Ceará se atingiu esse intento. Em 1893, ainda, no dia 26 de julho, passaria a operar, em Fortaleza, uma caixa filial do Banco de Pernambuco (GIRÃO, 1947).

- 18) João Joaquim Simões era acionista da Cia. Fábrica de Fiação e Tecidos União Comercial (incorporada em 15/04/1891), através da Simões, Irmão & Cia., da Cia. Cearina (incorporada em junho de 1891), que não se concretizaram, da Cia. Cearense de Curtumes (incorporada em 06/06/1891), e diretor, em 1895, da Cia. Prado Cearense (incorporada antes de 1895). Alfredo Salgado, além de sócio da firma Holderness & Salgado, era também, em 1895, diretor da Cia. Prado Cearense. Joaquim Dias da Rocha era secretário da Cia. Cearense de Curtumes em 1895. José Albano Filho era acionista da União Comercial (já citada) e da Cia. Fabril Cearense de Meias (incorporada em 23/06/1891), através da firma Albano e Irmão, e membro do conselho fiscal da Cia. Ferro-Carril do Outeiro em 1899. Por fim, Manoel Gomes Barbosa, que compunha o quadro de sócios da Cia. Ferro-Carril do Ceará em 1886, era acionista da Cia. Cearina, da Cia. Cearense de Curtumes e diretor, em 1895, da Fabril Cearense de Meias (NOBRE, 1989; VIANA, 1990).
- 19) Como, no referido “Relatório do Ano de 1896...”, é encontrada a notícia da existência de créditos de lucros suspensos, no valor de 4:189\$330, para fazer face à falência da firma Simões, Irmão & Cia., é possível fazermos a suposição de que sua saída da presidência do Banco do Ceará está associada a esse fato, o que parece ser corroborado pela ausência do seu nome na “Relação dos Acionistas”, em 31/12/1896, que consta desse relatório.
- 20) Bernardo Ferreira da Cruz era também, em 1896, tesoureiro da Cia. Cearense de Curtumes. Na referida lista dos acionistas do Banco do Ceará, consta que, em 31/12/1896, ele era detentor de 200 ações e seus filhos Mário, Laura e Bernardo Filho tinham, cada um, sete ações.
- 21) Na “Relação dos Acionistas”, de 31/12/1896, aparece o nome da firma Albano & Irmão, da qual José Albano Filho era sócio, como detentora de 100 ações, porém não consta ali o nome de Thomé Augusto da Motta.
- 22) O Dr. Guilherme Studart possuía, em 31/12/1896, 50 ações do Banco do Ceará. Como cada ação valia 100\$000, o valor total delas era de cinco contos de réis.
- 23) Faziam parte do seu conselho fiscal, nesse ano: José Bruno Menescal, Antônio Machado Coelho e Antônio Joaquim Guedes de Miranda.
- 24) Não foi possível levantar se o Dr. Thomaz Pompeu já era sócio do Banco do Ceará antes de 1896. Nesse ano, conforme a referida lista dos acionistas, ele, com 520 ações, que valiam 52 contos no total, era o seu quarto maior acionista, ficando atrás de Antônio Frederico de Carvalho Motta, com 812 ações (no valor total de 81:200\$000), de Antônio Leal de Miranda, com 670 ações

(que valiam no total 67 contos), e da firma Silva, Mattos & Irmãos, com 525 ações (que totalizavam um valor de 52:500\$000).

Porém, como Nogueira Accioly era detentor de 100 ações; Alice Accioly, de 80; Maria Teresa S. Accioly, de 15; e A.P. Nogueira Accioly Filho, de cinco; se somarmos as ações de Pompeu com as desses seus familiares, esse grupo se torna o segundo maior acionista do Banco do Ceará, naquele ano, já que detinha 720 de suas ações.

Segundo a referida relação, ainda, Alfredo Salgado possuía 100 ações; a Gomes Barbosa & Cia., 100, que se juntavam a mais 100 de Manoel Gomes Barbosa, um de seus proprietários; a Hollanda, Gurjão & Cia., firma proprietária da fábrica de tecidos Ceará Industrial, 100; Ernesto Deocleciano de Albuquerque, um dos proprietários da Fábrica de Sobral, 140; João Evangelista da Frota, sogro do futuro banqueiro José Gentil Alves de Carvalho, 100; e José Bruno Menescal, 130.

- 25) Como, nas suas propagandas publicadas antes de 1899, no *Almanaque do Ceará*, o Banco do Ceará nunca informara se possuía agentes em outros estados brasileiros e no exterior, surge a dúvida se eles já existiam antes do referido ano.
- 26) O Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão era detentor de 100 ações e o bacharel Pedro Thomaz de Queiroz Ferreira, de 113, em 31/12/1896. Vale lembrar que esse último acionista era, em 1896, secretário da Cia. Fabril Cearense de Meias, e proprietário, em 1899, de uma fábrica de bebidas destiladas, com capital de 10 contos, tendo sido também fundador da Academia Cearense de Letras.
- 27) João da Fonseca Barbosa possuía 335 ações em 31/12/1896, segundo o "Relatório do Ano de 1896..."
- 28) O capital realizado montava 500 contos de réis desde 1896.
- 29) Em 1906, eram seus agentes no Pará: o Banco de Crédito Popular, o Banco do Pará, o Banco Comercial do Pará e da Costa & Cia. Em Manaus, por sua vez, eles eram: Scholtz & Cia.; Freitas, Sobrinhos & Cia.; Banco Amazonense; e o Banco do Amazonas.
- 30) Theóphilo, quando se refere ao "progresso" alcançado pela economia cearense depois de 1904, atribui-lhe como causas: "[A ocorrência de] alguns anos de estações regulares e sobretudo à grande alta da borracha no Amazonas, que derramou rios de dinheiro no Estado. Em 1910, quando a borracha chegou a dar 16\$000 por quilo, entraram para aqui cerca de trinta mil contos! Houve uma verdadeira plhetora de dinheiro. [...] Os bancos, as casas capitalistas e o correio estão aí para provar essa inundação de dinheiro. Em Fortaleza, tudo se valorizou. As casas subiram de preço e o comércio teve grandes lucros. Os paroaras tudo compravam sem regatear o preço."
- 31) José Gentil Alves de Carvalho será, a partir de 05/06/1917, um dos sócios da casa bancária Frota & Gentil, que se transformará, em 19/03/1931, no Banco Frota Gentil (GIRÃO, 1947).

- 32) Os agentes, no Pará, eram: Banco do Pará, Banco Comercial do Pará e o Banco de Crédito Popular. Já, em Manaus, era o Banco Amazonense.
- 33) Há fortes indícios de que esse estabelecimento industrial tinha como objetivo, de início, apenas a produção de fios, já que a descrição do seu maquinismo, quando de sua inauguração, não inclui teares para a fabricação de redes. Talvez Pompeu, ao instalar uma fiação apenas, não quisesse competir com a tecelagem de Nogueira Accioly, fato que não foi negado pela sua decisão de incluir nela, posteriormente, um setor produtor de redes.
- 34) Na fonte citada, são descritos, com detalhes, os maquinismos e equipamentos que compunham essa marcenaria. Não foi possível, no entanto, levantar se ela se destinava a atender apenas as necessidades da fábrica ou se também prestava serviços ao público.
- 35) Nesse levantamento realizado por Pearse, estranhamente são apresentados também dados da Pompeu & Irmãos: ali ela aparece com um capital de 600 contos, força de 100 cv, 210 operários, 128 teares e 6530 fusos. Como ela já não existia, desde 1912, desconhecemos as razões pelas quais aquele pesquisador inglês incluiu essa fábrica entre as de fiação, de tecelagem e de redes que estavam em atividade, no Ceará, em 1919.  
Vale lembrar que, com exceção do número de operários, os dados acima são os mesmos apresentados pelo *Almanaque do Ceará de 1902* para o ano de 1901.
- 36) Na mensagem do presidente José Moreira da Rocha de 1928 e em Mallman (1931), que apresenta dados de 1929, não são feitas referências à Fábrica do Dr. Thomaz Pompeu.

## Referências Bibliográficas

ALMANAQUE DO CEARÁ (1896 a 1930)

ANDRADE, F.A. de. *Thomaz Pompeu e o seu tempo* – síntese. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1952.

ARAGÃO, E.F. *A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem – 1880 – 1950*. Fortaleza: UFC/ Stylus Comunicações, 1989.

BANCO DO CEARÁ. *Relatório do ano de 1896 apresentado à Assembléia de Acionistas do Banco do Ceará em 01/03/1897*. Fortaleza: Tipografia da República, 1897.

BEZERRA DE MENEZES, A. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 1992.

BRASIL, T.P. de. *O Ceará na exposição de Chicago de 1892*. Fortaleza: Tipografia Minerva, v.II, 1892.

CATÁLOGO DE PROPAGANDAS DE 1911, Fortaleza, s.ed., 1911.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, 1909.

CONJUNTO DE FALAS (ou mensagens) dos presidentes do Ceará (1886 a 1928).

FERREIRA, B.G. *A estrada-de-ferro de Baturité: 1870 – 1930*. Fortaleza, UFC/Stylus Comunicações, 1989.

GIRÃO, R. Evolução bancária no Ceará. In: Martins Filho, A. e GIRÃO, R. (org.). *O Ceará*. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1947.

\_\_\_\_\_. Os Pompeus, família ilustre. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza, Ano LXXVI, n. 36, 1975.

\_\_\_\_\_. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: EDUF, 1982.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: UFC, 2000.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (JUCEC). *Prontuários históricos* (vários anos).

NOBRE, G. da S. *O processo histórico de industrialização do Ceará*. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.

\_\_\_\_\_. *Historicidade da Associação Comercial do Ceará – 1866 – 1991*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ (Tomo Especial), 1929.

ROCHA, H. *O lado esquerdo do rio*. São Paulo – Sobral: Hucitec, 2003.

STUDART, G. *Datas e fatos para a história do Ceará*. Fortaleza: Typografia Comercial, 1924, Tomo II.

THEÓPHILO, R. *Libertação do Ceará*. Lisboa: Typografia “A Editora Limitada”, 1914.

VIANA, C. *A indústria têxtil de algodão do Ceará (1881-1973): uma experiência de industrialização fora do centro-sul*. (Dissertação de Mestrado) Brasília: UnB, 1988.

\_\_\_\_\_. Os fatores determinantes do primeiro surto de investimentos em indústria têxtil no Ceará (1881-1895). In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: v. 21, n. 1, jan/mar. 1990.